

O conflito, o jornalismo e questões sobre a História da Comunicação¹

Alexandra Aguirre²

RESUMO

O artigo pretende debater a relação da cultura de massa de modo geral, e o jornalismo especificamente, com o poder político, a partir das considerações de Michel Foucault sobre o “poder disciplinar” e o “biopoder”. No Brasil, as transformações pelas quais passaram (e ainda passam) os poderes podem ser compreendidas como aumento da complexidade das relações no interior das redações e profissionalização da imprensa. A complexidade leva à diversidade e conflitos de opiniões entre os profissionais da comunicação, o que beneficia a democracia. Como professora de História da Comunicação, a autora esboça alguns parâmetros para a disciplina universitária.

Palavras-chave: jornalismo, conflito, História da Comunicação

ABSTRACT

The article intends to debate the relationship between the mass culture, and journalism specifically, and the policy power, through the studies of Michel Foucault about 'disciplinary power' and "biopower". In Brazil, changes in mass communication and journalism could be understood as the increase of complexity inside the newsrooms relationships and the professionalization of the press. The complexity takes to diversity and conflicts of opinions between the communication workers, what is considered democratic. As History of Communication professor, the author intends to draft some outlines for the university discipline.

¹ O artigo foi parcialmente apresentado sob a forma de comunicação científica em Belo Horizonte, MG; Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) - XII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo – VIII Ciclo Nacional de Pesquisa em Ensino de Jornalismo - 2009

² Jornalista e doutoranda em Ciências Sociais PPCIS/UERJ é especialista em História da Arte e Arquitetura no Brasil pela PUC-Rio e mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Leciona no curso de Comunicação Social e Jornalismo na Universidade Castelo Branco no Rio de Janeiro e trabalhou com assessoria de imprensa e programação de TV. Email: aguirrealexandra@hotmail.com

1.Introdução

O jornalismo torna-se curso universitário no início do século XX e é contemporâneo do assombro mundial diante da cultura de massa. O tema atravessa diversas áreas e discipliná-lo sob forma de cursos de jornalismo e publicidade é uma iniciativa também contemporânea da época, por assim dizer, moderna. Disponibilizar sob a forma de estudos científicos a prática de produção da notícia ou os efeitos da propaganda sobre o receptor serviu não só ao controle e regulação dessas atividades como sua utilização pelas empresas de pesquisa com fins políticos e mercadológicos.

Contudo, o florescimento da moderna areopagítica somente vai ocorrer no início do século XX, quando os novos meios de comunicação, que potencializam sons e imagens, começam a operar em escala significativa, dando um novo sentido às palavras que mobilizam as massas urbanas dos países industrializados.

É justamente aí que a Política atinge efetiva configuração republicana, tornando o seu exercício extremamente complexo e requerendo grande habilidade comunicacional de seus agentes. A transparência que os *mass media* dão aos atos governamentais transforma os cidadãos em partícipes cotidianos das decisões tomadas pelos três poderes (executivo, legislativo e judiciário). (MELO, 2003, p.19)

A cultura de massa e a comunicação é o mote da virada do século XIX ao XX e a entrada do jornalismo na grade curricular das universidades é coerente com a época.

Daí a circunstância do areópago midiático ter sido popularmente consagrado como o 'quarto poder'. Em sendo assim, aqueles que o controlam ou do qual servem politicamente passaram a necessitar de conhecimentos atualizados sobre o seu funcionamento.

As estratégias discursivas do areópago grego mostraram-se insuficientes para dar conta da complexidade dos novos fenômenos persuasivos. Emergiu, prontamente, corrente denominada nova 'retórica científica', que além de se abastecer na Dialética aristotélica, nutriu-se no manancial cognitivo das inovadoras Ciências do Comportamento (BERELSON, 1964), estabelecendo um triângulo cooperativo entre Política, Psicologia e Comunicação. (MELO, 2003, p.20)

Michel Foucault (2000) afirma que, depois do controle disciplinar, um novo tipo de regulação social dos discursos entra em prática e estaria relacionado não mais somente com o exercício do poder sobre o corpo do indivíduo (poder, este, exercido pela escola de modo exemplar, tanto na disposição dos corpos e sua identificação numérica, quanto na organização discursiva dos saberes). Mas, uma nova forma de regulação e controle estaria em vigor, paralelamente ao poder disciplinar, e que se efetuará sobre as grandes estatísticas populacionais e suas condições de funcionamento: epidemias, índices de natalidade e mortalidade, de desenvolvimento. Enfim, tudo o que poderia ser legado às próximas gerações e que a médio e longo prazo teria efeitos sensíveis. Uma lente de aumento invertida é posta sobre a sociedade, e passam a valer os saberes que tratam dos grandes números: economia, saúde pública, administração.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. (FOUCAULT, 1999, 293)

A comunicação de massa tem a capacidade, não só de divulgar os números e os programas públicos e privados de controle, como de gerar seus próprios dados, resultado do consumo de produtos produzidos em larga escala, de best-sellers a filmes enlatados, gosto que também poderia atravessar gerações. Isto significa, portanto, que a virada do século XX para o XXI ainda tem um olhar fixo sobre a cultura de massa, não mais como assombro, mas como constatação de que a produção da cultura em larga escala está presente de modo indelével no nosso cotidiano.

Para além das generalidades da cultura de massa, o jornalismo é um segmento importante dessa produção já que participa da própria construção desse cotidiano. A factualidade como ponto de partida para a produção de notícias - a função referencial da linguagem de que nos fala Roman Jakobson, que impõe à mensagem uma contextualização espaço-temporal precisa -, o *agenda setting* que determina os acontecimentos do dia, e a periodicidade cada vez mais próxima do tempo real, faz do jornalismo uma prática ativa na produção do ambiente em que circulamos diariamente.

Esta produção compromissada com o cotidiano está imbuída de poder, mas também das limitações próprias de um espaço de contradições. Carlos Eduardo Lins da Silva, no estudo sobre a influência do Jornal Nacional sobre as classes trabalhadoras, “Muito além do Jardim Botânico” (1985), refere-se ao espaço das redações jornalísticas como lugares de disputa de poder, em que as contradições entre classes e funções deitariam por terra a tendência a perceber a produção de notícias como resultado de uma manipulação autoritária e impositiva sobre a sociedade.

No interior da indústria cultural há a presença permanente de contradições. Ali ocorre uma luta de classes que reflete e influencia a sociedade como um todo. Em todo decorrer do processo da indústria cultural, da produção ao consumo, essas contradições aparecerão. No momento da criação de um telejornal, o confronto se dá entre os interesses do dono da empresa e os de seus funcionários e não se traduz apenas em reivindicações salariais e de condições de trabalho, mas também em termos do conteúdo ideológico do que irá ao ar [...] Há conflitos internos de ordem ideológica entre colegas de redação bem como entre integrantes da categoria de metalúrgicos, por exemplo, e eles se refletem na maneira com que cada grupo se manifesta em relação à indústria cultural. (SILVA, 1985, p. 21)

O conceito de hegemonia serve à representação das relações de força numa redação, em que determinadas ideologias dominantes devem negociar com as menos favorecidas, na expectativa de se manterem no poder. Sobre o conceito de hegemonia:

Ele envolve toda uma rede de intrincadas relações através das quais um padrão de pensamento se impõe e é aceito por um conjunto de indivíduos, ainda que com nuances diferenciadoras entre cada grupo deles e com mudanças em relação aos conceitos constituintes originais provocados pela ação daqueles que se opõem em diversas gradações ou que os entendem e interpretam de diversas maneiras (SILVA, 1985, p. 34)

Neste sentido, o jornalismo como segmento da cultura de massa, à distância, é um instrumento de dominação e exercício de poder. Mas proximamente, microscopicamente, é um espaço também onde se travam lutas ideológicas, disputas de razão e que fomenta discussões cotidianas acerca da política, economia e cultura.

A cultura popular de massa é produto da sociedade, mas a lógica da indústria cultural é também um processo de hegemonia. Com isso entendemos que a análise da problemática cultural deve levar em conta o movimento mais amplo da sociedade, e, ao mesmo tempo, perceber a cultura como um espaço de luta e de distinção social. (ORTIZ, 2001, p.147)

No Rio de Janeiro, por exemplo, com o progressivo encolhimento do Jornal do Brasil, sem concorrência O Globo tornou-se o único jornal com estrutura internacional para captação de notícias, distribuição e repercussão. O problemático por um lado – a falta de concorrência – implica numa readaptação de forças no mesmo espaço de trabalho – é frequente lermos os encontros e desencontros nas suas páginas de colunas, opiniões e matérias. O que significa que, longe do ideal, uma realocação de forças tomou forma num espaço menor evidenciando os conflitos.

Lins da Silva foca nas contradições de classe e funções para justificar a espessura das redações jornalísticas, ou seja, a não transparência do jornal diante dos acontecimentos e do público.

No interior da indústria cultural há a presença permanente de contradições. Ali ocorre uma luta de classes que reflete e influencia a da sociedade como um todo. Em todo decorrer do processo da indústria cultural, da produção ao consumo, essas contradições aparecerão. No momento da criação de um telejornal, o confronto se dá entre os interesses dos donos da empresa e os de seus funcionários e não se traduz apenas em reivindicações salariais e de condições de trabalho, mas também em termos do conteúdo ideológico do que irá ao ar. [...] É evidente que não há uma homogeneidade de interesses e valores nem entre o conjunto dos empregados da empresa televisiva nem entre qualquer segmento que se possa fracionar o público espectador. Há conflitos internos de ordem ideológica entre colegas de redação bem como entre integrantes da categoria de metalúrgicos, por exemplo, e eles se manifestam na maneira com que cada grupo se manifesta em relação à indústria cultural. (SILVA, 1985, p.21)

Porém, essas categorias podem ser ampliadas de modo a reconhecermos a necessidade da autonomia, ainda que limitada, do jornalista. Esta autonomia não significa necessariamente uma ação consciente, mas o direito à experiência e percurso no campo profissional de modo a favorecer as disputas e razões, os acordos e desacordos, enfim, as contradições internas das redações que as tornam espessas, e

produtoras de sentido sobre os acontecimentos cotidianos, e não simples reproduzidoras dos desmandos de uma autoridade qualquer. O percurso profissional se oferece através da experiência e da escola. Segundo Dines:

Não existe melhor lugar do que usar a prática com a teoria do que a universidade. [...] A sala de aula conveniente, e necessariamente equipada – em termos materiais e como humanos – é insubstituível para fundir ética com técnica, ideal com real, de modo a impedir que alguns vestais, quando lhes dá na veneta, atribuam-se o papel autoritário do pontificar sobre o que é certo ou errado. (DINES, 1974, p.22)

O poder disciplinar moderno que leva para as salas de aula o jornalismo e a publicidade é o mesmo capaz de individualizar o sujeito, não só fisicamente, pelo exercício que se dá sobre o corpo, mas produtivamente, como nos informa Foucault. O poder disciplinar não se exerce somente negativamente – pelo que não se pode fazer -, mas também positivamente pelo modo *como deve ser feito*.

De fato, as disciplinas têm seu discurso próprio. Elas mesmas são [...] criadoras de aparelhos de saber, de saberes e de campos múltiplos de conhecimento. [...] O discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto, as disciplinas não trazem um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas. (FOUCAULT, 2000, p.45)

Lembrando que este exercício de poder produtivo também é fruto de disputas de forças e razões que atravessam as escolas, as contradições tradicionais de classes e funções, e as mais contemporâneas de interesse e gosto, oferecem uma gama de possibilidades que depois se refletirá no futuro profissional.

[...], pudemos mostrar, como as técnicas disciplinares de poder, consideradas em seu nível mais tênue, mais elementar, consideradas no nível do próprio corpo dos indivíduos, havia conseguido mudar a economia política do poder, haviam-lhe modificado os aparelhos; como também essas técnicas disciplinares incidentes sobre o próprio

corpo havia provocado não só um acúmulo de saber, mas também individuado domínio de saberes possíveis; e, depois, como as disciplinas de poder aplicadas aos corpos haviam feito sair desses corpos sujeitos algo que era uma alma-sujeito, um 'eu', uma psique, etc. (FOUCAULT, 1999, p.221)

Neste sentido, a saúde do jornalismo, enquanto instituição social de produção e divulgação de informação depende da possibilidade de esquivo e desejo do jornalista diante do poder, da negociação que ele pode travar em termos de conhecimento técnico e intelectual com o colega, e do espaço de manobra garantido pela experiência e percurso profissional conquistado individualmente. A homogeneidade de pensamento nas redações jornalísticas impedem seu bom desenvolvimento.

2.Jornalismo no Brasil

Lins da Silva em outro estudo, “O adiantado da hora” (1991), nos fala sobre as diferenças históricas entre o Brasil e os Estados Unidos que acabam por refletir no jornalismo de ambos os países. A herança brasileira de cortes estamentais, arraigada na Península Ibérica, nos levou a uma cultura da presença ou reprodução das relações familiares no trabalho.

As relações pessoais no Brasil muitas vezes são colocadas acima das leis (até das de mercado), da hierarquia institucional, dos valores profissionais. É claro que o sistema típico de apadrinhamentos, clientelismos e compadrios no Brasil não pode ser explicado apenas pela eventual falta de caráter de quem o pratica. Há uma lógica social, uma racionalidade cultural que o justificam. [...] Na tradição ibérica, a confiança é depositada nas pessoas, não no 'sistema', como ocorre na tradição anglo-americana. (SILVA, 1990, p.52)

O núcleo social no Brasil não é o indivíduo, mas a família. Nos Estados Unidos, o liberalismo inglês funda, sem o respaldo de outras ideologias vigentes, uma sociedade radicalmente baseada no indivíduo, onde a iniciativa individual e privada é tão, ou mais, valorizada do que a pública. Este trabalhador norte-americano, jornalista ou não, portanto, estaria mais apto a funcionar de acordo com as instituições contemporâneas liberais, baseados em valores sociais do tipo honestidade e eficácia, do que nós

herdeiros direto dos compromissos acordados por antecipação dos vínculos familiares. O exemplo citado pelo autor é o da tradição norte-americana de que cabe aos veículos de comunicação fiscalizar o poder do Estado através de denúncias e investigações. O Caso Watergate é exemplar. O jornalismo no Brasil já estaria limitado, de antemão, nesta questão pela cultura estamental de vinculação entre os pares. Jornalistas e antigos colegas de universidade fariam parte dos mesmos grupos.

Além disso, as tradições culturais brasileiras, que dão às relações pessoais um indiscutível privilégio sobre as institucionais, vão fazer com que vários dos atores da indústria jornalística atribuam um novo sentido ao *watchdog role*³, no qual em alguns casos será considerado justificável deixar de exercê-lo para não prejudicar os interesses de um amigo ou aliado político. Outro elemento constitutivo da cultura brasileira, ao contrário da americana, considera as pessoas menos como indivíduos e mais como membros de um grupo, o que pode levar os jornalistas a eventualmente acharem procedente ser menos rigorosos com alguns aparelhos estatais (a universidade, por exemplo) do que com outros porque eles – jornalistas – se enxergam como integrantes do mesmo grupo a que pertencem os professores e administradores universitários e, portanto, não podem ferir os interesses desse grupo, por exemplo. (SILVA, 1991, P.34)

Para além de uma dicotomia Brasil-Estados Unidos, cabe aqui reconhecer que no Brasil desde que o jornalismo assumiu-se enquanto iniciativa privada – e, quando público, autônomo diante do governo -, com todos os riscos que isto implica, nós teríamos uma predisposição a rejeitar a iniciativa individual, a autonomia, a ênfase nos percursos próprios de cada um. Relegados a caprichos de uma ambição desmedida, esses valores capazes de produzir conflitos nas redações tenderiam ser rechaçados, consciente ou inconsciente, pela cultura brasileira, “no Brasil o indivíduo só tem valor enquanto elo de uma cadeia de relacionamentos pessoais” (SILVA, 1991, p.53)

Roberto DaMatta já mostrou em diversos trabalhos que os conceitos de 'indivíduo' e 'cidadão' no Brasil são depreciativos na linguagem corriqueira. Um policial se dirige a um suspeito e o trata por 'indivíduo' e 'cidadão'. Quando se dirige a alguém bem relacionado, muda o tratamento para 'doutor' ou similar, ou então pelo nome próprio, de preferência o de família (SILVA, 1991, p.53)

³

Função de vigilância sobre a ação do Estado. Um dos princípios norte-americanos da imprensa.

A profissionalização do jornalismo no Brasil é lenta e gradual e ainda se está por fazer. No campo da legislação, a regulamentação da profissão data de 1938, sob o governo de Getúlio Vargas. A carta refere-se mais às condições trabalhistas do jornalista – horas de trabalho, carteira assinada, férias -, do que realmente define o campo de atuação do profissional. E a antiga Lei de Imprensa, de 1967, às vésperas do AI-5, justifica a liberdade de expressão mediante a apresentação de autoria do jornalista. Neste sentido, a Lei de Imprensa é mais herdeira da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a vertente francesa do Iluminismo, de 1789 (considerada a primeira carta a referir-se à liberdade de expressão e opinião, desde que não causasse perturbação pública), do que de sua contemporânea, a versão americana, a 1ª Emenda da Constituição norte-americana, que descarta qualquer submissão da opinião e expressão às leis do Congresso. Mais tarde a XV Emenda submeterá a liberdade de expressão à legislação.

Na prática, Nelson Werneck Sodré, em “História da Imprensa no Brasil” (1966) só reconhece como primeira iniciativa de atuação legítima do jornalismo brasileiro o período imediatamente anterior à independência da colônia. A necessidade de convencimento e confronto de ideias levou à criação de inúmeras gazetas, que cumpriram a função de movimentar o espaço do debate público.

De forma sumária, com estes periódicos se constituiu a imprensa brasileira, na tormentosa fase do processo da independência que antecedeu e sucedeu imediatamente a sua proclamação: o jornalismo de 1821 e 1822. No ano seguinte, o primeiro da existência brasileira autônoma, o processo continuaria a desenvolver-se, assinalando o predomínio da direita: os que colocavam o problema da liberdade seriam afastados ou liquidados. Essa tendência surgiu logo após o Sete de Setembro, com o golpe de cúpula de outubro, capitaneado por José Bonifácio e que encerrou a circulação de periódicos que defendiam a posição liberal (SODRÉ, 1966, p.87)

A condição de produto industrial e a administração empresarial do jornal, para o historiador, não teria tanta importância quanto à autonomia das folhas no que respeita aos interesses públicos e nacionais.

Já Lins da Silva critica veemente o período pré-industrial do Brasil afirmando que a falta de estrutura dos jornais obrigava os repórteres a reproduzirem *ipsis literis* as matérias de jornais estrangeiros.

Chamar de indústria a um jornalismo que precisa se valer desse tipo de expediente para sobreviver, só com muita boa vontade. Mais recentemente, mesmo a improvisação e o amadorismo eram predominantes até nos jornais que tinham maiores identificações e características de empresas, como se percebe neste relato de Fernando Pedreira: “...nos anos 50, o jornal (*O Estado de S. Paulo*) não tinha um corpo de repórteres organizado. *O Estado* publicava as informações que lhe chegavam e que lhe pareciam merecer publicação; informações providas do governo, de agências, de pessoas amigas e de fontes diversas”. Nada parecido com uma indústria, portanto. (SILVA, p. 64)

Remetendo diretamente ao estudo de Sodré e ao nascimento de uma imprensa brasileira colonial, Lins da Silva afirma:

Outro ponto que Bahia e Sodré deixam de perceber é que a maioria dos 271 jornais diários do Brasil de hoje ainda recorre a artifícios similares. Se os grandes jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (talvez um ou outro de Belo Horizonte ou Curitiba e de cidades do interior de São Paulo) podem se comparar em estrutura aos principais diários americanos, todos os demais vivem em condições de extrema pobreza e não será surpreendente se algum pesquisador que se der ao trabalho de ir a campo investigar descubra secretários de redação cortando ilustrações de concorrentes para fazer seu próprio clichê. (SILVA, p. 64)

Na busca de solução para a crise por que passam os jornais brasileiros, no início dos anos 70, o debate sobre a matéria-prima entra em questão. Logo após a crise do petróleo, a crise do papel canadense revela a dependência às flutuações do mercado a que estão sujeitos os jornais no Brasil. Subsídios à parte que o governo ditatorial sempre manteve para o papel e o maquinário, a crise mostra a inserção das empresas jornalísticas no mercado em nível industrial. Alberto Dines antecipa a internet e as novas tecnologias de criação do papel digital ao sugerir que a sobrevivência do jornalismo não pode estar atrelada à matéria-prima já escassa na época. A utilização de equipamentos eletrônicos de emissão e recepção de matérias de jornal era a solução. E em curto prazo, os jornais deveriam escassear, para baratear os custos, a quantidade de papel utilizada a cada

edição, e se adaptar ao novo espaço, selecionando melhor as pautas e com textos mais objetivos.

O que vemos hoje, com a proliferação dos jornais sensacionalistas, é o inverso dessa expectativa. A quantidade de papel gasto com pautas inimagináveis pertence à ordem do dia e das redações. Esta observação nos lembra o livre pensador alemão Hans Magnus Enzensberger (1995) ao referir-se ao controverso tablóide *Bild*.

O *Bild* é lido não apesar do fato de tratar de nada, de liquidar qualquer conteúdo, de não conhecer o passado ou o futuro, de destruir toda e qualquer categoria histórica, moral e política; não apesar, mas porque ameaça, diz bobagens e sandices, persegue, chuta cachorros mortos, porque espuma na boca e vocifera, porque consola, manipula, obscurece, mente, porque é uma tolice, porque causa destruição. (ENZENSBERGER, 1995, p.64)

O jornal para além de qualquer expectativa de controle e razoabilidade leva ao extremo a lógica da liberdade de imprensa. Se esta é desejada, formalmente, desde o século XVIII, o *Bild* concretizaria este anseio de forma radical. Misturando em suas páginas crimes, sexo, banalidades e celebridades, o tabloide levaria ao pé da letra a liberdade de expressão sem as restrições impostas pelas ideologias acadêmicas sobre a emissão e seu conteúdo. Ao contrário, ele realizaria a utopia da sociedade sem classes, ao oferecer *nada* a todos.

Nesse jornal, o jornalismo se libertou de seus vestígios mais antigos, de suas origens e dissimulações burguesas; ele se desvencilhou de categorias como informação, responsabilidade, boas maneiras, cultura e conseguiu, dessa forma, encontrar a si mesmo.

Mas todos os demais canais de mídia que competem no mercado compartilham com o *Bild* de todas as condições essenciais às quais a organização da publicidade está sujeita atualmente, e essas condições não podem ser abolidas e essas condições não podem ser abolidas por qualquer tipo de 'boas' intenções (burguesas ou 'de esquerda'). (ENZENSBERGER, 1995, p.66)

Em outro ensaio, Enzensberger nos fala sobre a crítica de que sofre a TV e outros meios de massa quando se exigem “conteúdo” no lugar da programação tradicional. A TV - seu formato, tecnologia, e o controle remoto - impede que nós

venhamos a nos prender a conteúdos mais sérios. O vazio da programação da TV é exatamente o momento esperado pelo homem desejoso de relaxar e esquecer as demandas cotidianas. Comparada ao budismo, a TV é a busca pelo vazio do homem moderno.

Polêmicas à parte, retornando ao Brasil, a ditadura militar pôs em xeque a autonomia, não só da liberdade de expressão dos jornais diante do poder autoritário do governo, quanto de sua condição de iniciativa privada. Para se manterem vivos, os jornais tiveram que optar pela fonte de renda mais descompromissada com a política: a publicidade. Para os jornais que sobreviveram, a ditadura revelou que os jornais impressos foram as maiores mídias de oposição, e que eles já tinham uma situação estabelecida no mercado. A independência do poder político durante a ditadura foi fruto da condição de maturidade capitalista das empresas que suportaram as pressões do governo militar.

Nos setores da imprensa e do cinema, o comportamento governamental teve orientação específica. As empresas jornalísticas menos vulneráveis ao controle estatal, mantiveram sua estratégia de crítica ou combate às medidas tomadas pelo executivo na medida em que dispunham de retaguarda econômica (anunciantes/financiadores), pois as represálias governamentais não se faziam por esperar (corte de verbas publicitárias, vigilância fiscal, processos judiciais. MELO, 1986, p.31)

A publicidade já conquistada serviu não só à manutenção do funcionamento das empresas, como representou, muitas vezes, o compromisso da mídia mais descompromissada – a publicidade – com as ideologias da época. Manter a publicidade em um dado jornal poderia significar o mesmo que uma empresa declarar seu apoio à oposição.

3.História da comunicação

A História da Comunicação deveria contemplar na universidade os pontos acima mencionados e também os da história mais recente dos veículos no país. A comunicação social, no Brasil acima de tudo, é um recurso que frequentemente substitui as instituições de ensino e de segurança nas áreas menos favorecidas, ao denunciar – com

frequência de modo escandaloso e arbitrário – crimes e situações similares que nem sempre estão ao alcance do poder público. Poderíamos retornar ao “biopoder”, de Michel Foucault, que afirma não se fazer por meio das instituições tradicionais – escola, exército, prisão, fábrica, hospital –, mas através de instrumentos de mensuração e divulgação em larga escala, no nosso caso, os meios de comunicação: “são fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa” (FOUCAULT, 2000, p.293). Substituindo o poder público – judiciário, educacional, securitário – a comunicação social está de tal modo presente no nosso cotidiano que não conseguiríamos mais nos relacionar sem a sua mediação.

Neste sentido, nada mais lógico que compreender os percursos que os meios de comunicação traçaram no Brasil, e mais especificamente o jornalismo, de modo a tornar mais precisa a sua presença. História da Comunicação, mais do que ser um relato acerca das inovações tecnológicas, deveria levar em consideração a complexidade crescente que vai tomando conta destes meios.

Isso implica em abandonar a velha postura instrumentalista e imediatista, pensando a comunicação como mero recurso para encurtar e agilizar o percurso de suas mensagens em direção à sociedade, quase sempre nos momentos de crise, nas conjunturas desfavoráveis. E significa reconhecer que a questão da comunicação, hoje, confunde-se com a questão do poder político, assumindo a feição de espaço privilegiado para o exercício da política. (MELO, 1986, p. 34)

Esta complexidade leva em consideração os cursos universitários e a profissionalização da atividade, como dito acima, o que garante os conflitos benéficos no interior das redações, e a industrialização das empresas, a autonomia diante do poder político, e a capacidade de negociação com o poder econômico. Neste sentido, a complexidade na história da comunicação no Brasil começa a ganhar força, pela capacidade de interferência nas instituições e no cotidiano, somente a partir da 2ª metade do século XX. Até então, “[...], a 'indústria cultural' e a cultura popular de massa

emergente se caracterizam mais pela sua incipiência do pela sua amplitude.” (ORTIZ, 2001, p.45)

Não queremos dizer com isso que não houve consequências do controle do DIP (Departamento de Informação e Propaganda) do governo de Getúlio Vargas sobre as publicações e películas da época, e que resultou na cooptação de intelectuais e artistas para postos do governo na área da cultura, e a censura e perseguição aos outros. Mas salientamos o fato de que a informalidade das funções, a não organização empresarial dos meios, o populismo enquanto política dominante, fez com que predominasse sobre as funções e produções a personalidade do político, do dono de jornal, do escritor, apagando, muitas vezes, a política, a administração, a matéria.

O estudo de Alcir Costa sobre a TV Rio mostra que esta incapacidade de realizar uma gestão racional, que excluía a avaliação correta dos concorrentes, foi a causa fundamental da falência da empresa. Mesmo uma instituição como a TV Tupi, que é hegemônica nos anos 50, confirma esta regra, uma vez que Chateaubriand pode ser considerado como o tipo ideal do capitão de indústria. (ORTIZ, 2001, p.58)

Este outro tipo de complexidade – a da informalidade - também não implica que o político, o jornalista, o dono do jornal não estivessem presentes nas decisões institucionais e cotidianas da vida do país. Mas diferente de uma presença que atinge por meio da reprodução técnica, citando Walter Benjamin, estaríamos diante de uma presença aurática da personalidade. Esta presença dependeria do *aqui e agora* para ratificar seu valor. Retomando Foucault, como tornar o rei presente em diversos lugares ao mesmo tempo? Neste sentido, a limitação técnica é também uma limitação de poder. Benjamin distingue entre as obras reproduzidas tecnicamente e aquelas que durante muito tempo estiveram vinculadas à religião. A aura da obra depende do ritual, da presença – aqui e agora –, o original não pode ser substituído, assim como uma personalidade também não. Sobre a tentativa autoritária de organizar um sistema radiofônico em nível nacional durante o Estado Novo:

De qualquer forma, o sonho do Estado totalitário de construir um sistema radiofônico em nível nacional se desfaz diante da impossibilidade material de realizá-lo. Isso significa que a

radiodifusão brasileira não adquire a forma de rede, o que favorece a radiofonia local. O que acontecia era que algumas emissoras mais potentes se limitavam a irradiar seus programas a partir de sua base geográfica, mas elas não se constituíam em centro integrador da diversidade nacional. Simplesmente podiam ser captadas de acordo com o padrão da recepção em cada lugar. Um exemplo sugestivo é o da Rádio Nacional, que praticamente não era ouvida na cidade de São Paulo, operavam a Rádio Record e a Difusora numa frequência de ondas que bloqueava a sua penetração. Os estudos mostram que em São Paulo nas décadas de 30, 40 e 50, o rádio tinha características marcadamente locais., e se pautava segundo um padrão regional. Os anunciantes conheciam bem este lado particular da rádio paulista, o que fazia, por exemplo, com que as radionovelas de sucesso apresentadas no Rio de Janeiro por uma determinada emissora fossem rerepresentadas com um outro elenco e por uma outra emissora em São Paulo. A exploração comercial dos mercados se fazia, portanto, regionalmente, faltando ao rádio brasileiro da época esta dimensão integradora da indústria cultural. (ORTIZ, 2001, p.53)

A mediação, o modo de nos sentirmos imersos no ambiente da mídia, dependeria, portanto, de um aparato técnico capaz de sobrepor às distâncias e diferenças culturais a mesma mensagem. No Brasil, poderíamos afirmar que este aparato se concretiza no governo militar com todo o investimento tecnológico, publicitário e de mão de obra na rede nacional de televisão. Do satélite à propaganda televisiva, a mediação da TV hoje remonta aos tempos do governo autoritário que substitui a coesão política pela cultural. Martin Heidegger chama de *Ge-Stell*, que pode ser traduzida por armação técnica, a imposição tecnológica da ciência moderna. Esta para o filósofo pode ser compreendida como o tipo de conhecimento voltado para a natureza, que a obriga a responder, assim como uma hidrelétrica obriga as águas do rio a produzirem energia. O aparato técnico da comunicação e sua imposição poderiam ser lidos como uma *Ge-Stell*, no sentido que se impõe – outdoors, TVs, rádios, imagens fotográficas, etc. – e nos obriga constantemente a responder através da produção de sentido. Próximo da Escola de Frankfurt, e seu radicalismo, esta é também uma possibilidade de análise.

Os estudos latino-americanos da comunicação contemporaneamente alcançaram o status de questionar as certezas frankfurtianas sobre a indústria cultural. Parte se deve à própria constatação de que a homogeneidade da massa já não pode ser encontrada nas cidades europeias tomadas pela dupla cidadania das ex-colônias, quanto ao reconhecimento da impossibilidade de pensar a realidade latino-americana a partir da

Escola de Frankfurt. A miscigenação como condição de nascimento de parte do continente americano, e sua constatação na Europa contemporânea, sugere que a massa de manobra frankfurtiana deve ser percebida com mais cuidado.

Referência bibliográfica

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica *in* LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e terra, 2000.

DINES, Alberto. O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise. Rio de Janeiro: Artenova, 1974

ENZENSBERGER, Hans Magnus. Mediocridade e loucura e outros ensaios. São Paulo: Editora Ática, 1995

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000

HEIDEGGER, Martin. Língua de tradição e língua técnica. Portugal, Lisboa: Vega, 1995.

MELO, José Marques. Comunicação: direito à informação. Questões da nova e da velha república. Campinas, SP: Papirus, 1986.

_____. História do pensamento comunicacional. Histórias e personagens. São Paulo: Paulus, 2003

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Muito além do Jardim Botânico. Um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre os trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

_____. O adiantado da hora. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.